

# ORÇAMENTO PROJETO CARREIRA

Por previsão  
orçamentária  
e envio de projeto  
ao Congresso para  
reposição das perdas  
e reestruturação  
da carreira  
em 2025/2026

**7 DE AGOSTO  
QUARTA**



VEJA A  
PROPOSTA DE TABELA  
PUBLICADA NO SITE



**Sintrajufe RS**

FILIADO À FENAJUFE E CUT

# ORÇAMENTO PROJETO CARREIRA

Te chamamos para uma nova rodada de mobilização nos estados (7 de agosto) e em Brasília (8 de agosto) para reivindicarmos a implementação de um novo plano de carreira. Não há dúvidas de que somente com nossa pressão é que teremos um projeto de lei que reponha as perdas acumuladas e atualize nossa tabela salarial e carreira.

Para que isso aconteça e possamos ir além nos 6,13% de fevereiro de 2025 – conquistados em 2022, mas que não cobrem os efeitos de 4 anos de congelamento –, queremos que o Supremo Tribunal Federal (STF) inclua a verba necessária para a recomposição salarial no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa), para implementação ainda em 2025 e 2026.

Buscamos a isonomia com carreiras do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Receita Federal, a redução da distância salarial entre os cargos, via sobreposição das tabelas, e o aumento dos percentuais dos Adicionais de Qualificação (AQ).

## **28,56% de perdas acumuladas**

No Fórum de Carreira com os tribunais, a Fenajufe apresentou um estudo que aponta 28,56% de perdas salariais dos servidores e das servidoras do Judiciário Federal.

Reivindicamos a recomposição salarial em 2025 e 2026 da seguinte forma: 14,28% em outubro de 2025 e 14,28% em outubro de 2026 (sobre o vencimento básico). As duas parcelas devem ser sucessivas, incidindo, cumulativamente, em 30,65%. Na segunda parcela, inicia-se a primeira sobreposição de nível dos cargos de técnico e analista.

A meta é que, até 2030, a tabela chegue à equiparação com as carreiras análogas do Executivo (como TCU e Receita Federal), com sobreposição de padrões (de 5 a 7). A tabela apresentada mantém os 13 padrões.

Reforçamos a necessidade de engajamento da categoria, pois disputamos o orçamento com a magistratura, que nos últimos meses promoveu uma onda de autoconcessões de benefícios, comprometendo, mesmo que temporariamente, o pagamento de direitos dos servidores e das servidoras. Obstáculos como esses e os limites do arcabouço fiscal só podem ser superados com a mobilização.

Todos e todas presentes no ato público dia 7 de agosto, às 14h, em frente à primeira instância da Justiça Federal de Porto Alegre!

**Por previsão orçamentária  
e envio de projeto ao  
Congresso para  
reposição das perdas e  
reestruturação  
da carreira em 2025/2026**



**VEJA A  
PROPOSTA DE TABELA  
PUBLICADA NO SITE**